

**166ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
ATA DA REUNIÃO DE 11/01/2023**

Aos 11 (onze) dias do mês de janeiro de 2023 (dois mil e vinte e três), realiza-se a reunião ordinária, convocada pela Presidente Gisele C. J. Santos, de forma presencial. A primeira convocação foi feita às 8 horas e 30 minutos, sem quórum; a segunda convocação às 8 horas e 49 minutos com quórum. Estiveram presentes os conselheiros: **Representantes da Sociedade Civil** – Representante do segmento da Saúde; Helena Maria Granzol (titular), Representantes do segmento Criança/adolescente; Daniele Cristine Ferreira (titular) e Maria Valdirene da Silva (suplente), Representante do segmento Portador de Deficiência; Maura Ofélia Bury (titular), Representante do Trabalhador do SUA: Nayara Rodrigues da Silva (Suplente. **Representando o Poder Público:** Gisele C. J. Santos (titular), representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Erika Cristina Masson Foguel (suplente), representante da Secretaria Municipal de Saúde, Andrea Raquel de Moura Garrucho (suplente), representante da Secretaria Municipal de Justiça. Convidados: Carlos Eduardo Belchior e Marcelo Fabiano do Nascimento, representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Flordemi Aparecida Bautista, representante da OSC Avida. **1 – SECRETARIA:** a) Verificação do quórum e habilitação dos conselheiros: Verificada a presença, foi constatado um total de 07 (sete) conselheiros com direito a voto, sendo 04 (quatro) conselheiros da Sociedade Civil e 03 (três) do Poder Público. b) **Justificativa de ausência – Sociedade Civil:** Andréa Dalgé Martins de Souza. c) **Leitura e aprovação da Ata da reunião ordinária realizada dia vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e três;** efetuada a leitura da ata, a mesma foi aprovada com pequenas correções. A senhora Gisele diz que a reunião anterior conduzida pelo Secretário de Conselhos não atende a legislação pertinente ao nosso conselho que estabelece claramente que apenas a mesa diretora na sequência estabelecida pela lei pode conduzir as reuniões do conselho, diz que como nenhum destes conselheiros compareceu à reunião informalmente o secretário a conduziu, mas que a matéria objeto de votação (inscrição de entidade) não foi válida e será votada novamente nesta reunião. **2 – MESA DIRETORA:** a) **Planejamento 2023;** Gisele diz que pesquisou o planejamento feito em outros municípios, o Fundo Nacional de Assistência Social tem um modelo de plano de ação, diz que viu e solicitou o plano, que ele está em Excel e que ela irá converter e disponibilizar aos conselheiros. Diz que achou interessante, já que ele traz um olhar aos conselheiros, das suas responsabilidades, das nossas realidades, já que sabemos que não conseguiremos dar conta de todas as orientações e normativas, mas que devemos saber, já que muitas vezes os assuntos chegam para votação e nem sabemos que era nossa obrigação saber e ter acompanhado o assunto. O planejamento que ela apresenta é dividido por eixos, planejamento da política da assistência social, que deveria ser o acompanhamento das deliberações feitas nas conferências municipais, solicitar do município a apresentação do diagnóstico sócio territorial que é feito pela secretaria da assistência social, e sabemos que não temos este diagnóstico realizado. Aprovar o PPA, que iniciou ano passado e não foi construído ainda, uma das metas da Secretaria é construir este plano ainda este ano, participação na construção da LDO, e nunca antes o conselho participou desta elaboração da LDO. Deliberar acerca dos termos de aceite de criação e expansão dos serviços e programas, diz que qualquer programa ou projeto que a cidade/secretaria fosse implantar deveria ser apresentado para deliberação do CMAS, cita o programa Criança Feliz, que o município fez a adesão e veio para o conselho posteriormente, dizem que Criança Feliz é vinculada à política de assistência e que o programa está parado, os visitantes (estagiários de psicologia) foram orientados pelo RH da prefeitura que não fizessem visitas sem o acompanhamento de um responsável, como não havia a previsão de visitas no concurso que eles prestaram surgiram questionamentos e ações judiciais o que levou à paralisação do programa. Apreciar o plano de ação do cofinanciamento estadual, que inclusive faremos isso hoje, aprovação de contas (PMAS). Outra responsabilidade é o acompanhamento, fiscalização e avaliação da gestão de recursos e desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios, apreciação do

relatório trimestral e anual da realização financeira do fundo municipal. Apresentação dos saldos dos financiamentos estaduais e federais, reprogramações efetuadas para exercício posterior, prestações de contas dos cofinanciamentos estaduais e federais, diz que inclusive traz hoje para aprovação a portaria referente a esta aprovação, todo ano tem aprovação do PMAS, deveria ter sido feito no final do ano, mas em função de atraso será feito hoje. Outro eixo trata do acompanhamento, avaliação e fiscalização dos programas de transferência de renda tipo bolsa família, avaliação de inscrição, acompanhamento e fiscalização da rede, das entidades e organizações, inclusive as públicas. Atualização do regimento interno e da lei do Conselho, deliberar sobre o IGD/Suas e Igd/bolsa família, 3% dos recursos repassados mensalmente são destinados ao Conselho para uso em capacitações, visitas e estruturação do conselho. Outro eixo trata da mobilização, articulação e participação, articular com o conselho da saúde, da educação juntamente com o CMDCA, realizar audiências públicas para as entidades, última que fizemos foi para os benefícios eventuais. Avaliar a participação dos conselheiros, avaliar a Secretaria Executiva. A comissão de políticas públicas é encarregada de trabalhar neste planejamento e a conselheira Maura diz que todos os conselheiros têm que participar desta construção devido à importância do tema. **b) PMAS 2023:** Gisele explica que todo ano temos a aprovação da prestação de contas. A secretaria preenche os dados e vem para análise e aprovação por parte do conselho. Gisele diz que na DRADs, tem algumas correções a serem feitas, como incluir se houve aumento ou diminuição das pessoas em extrema pobreza, se houve aumento no número de pessoas em situação de rua, nível de escolaridade dos funcionários da secretaria, mas são detalhes que não impactam na aprovação das contas. Gisele faz a apresentação dos campos da prestação de contas, informações da estrutura dos serviços, quais serviços, caracterização dos usuários, características dos serviços, número dos recursos humanos empregados na prestação dos serviços, recursos financeiros, previsão dos recursos municipais e federais, cofinanciamentos. A conselheira Helena questiona a respeito do FUSS, o assunto é discutido e a presidente faz diferenciação a respeito do Fundo da Assistência Social e do FUSS. Os recursos do FUSS são disponibilizados pelo Gabinete e também sobrevivem de doações. Diz ela que porque o FUSS fica na nossa Secretaria existe uma dificuldade em entender que muitas das ações feitas pelo FUSS se confundem com as ações da Secretaria Municipal. A maioria das ações do FUSS fica no campo de Doação (caridade) e não da política pública da Assistência Social. O Secretário de Conselhos pergunta a respeito do cofinanciamento dos CRAS, Gisele explica que faz mais de 10 anos que o governo não credencia/financia a criação de novos CRAS. Gisele diz que deveríamos, pelo porte do município, ter quatro CRAS, mas existe a dificuldade financeira em implantar o quarto CRAS, que só contaria com recursos municipais. A presidente fala que a residência inclusiva será implantada, mas que o DRADs informou que a verba será disponibilizada para a República. Gisele diz que os critérios são falhos, com a mudança de comando houve alterações e ainda poderão ocorrer mudanças. Diz também que as Casas Lar serão implantadas pela Funsayão, e Gisele opina que acredita que esta mudança será positiva. Diz também das outras OSCs, das que recebem recursos do Estado, das que só recebem recursos municipais e das que utilizam recursos. Há um intenso debate entre os conselheiros a respeito dos valores, dos serviços, das demandas que existem no município. Na continuidade, Gisele fala dos programas: Acesua trabalho que será feito este ano, Criança Feliz que está parado, Auxílio Brasil, programa de erradicação do trabalho infantil, São Paulo amigo do idoso, Próspera Família, Ação Jovem, entre outros programas. Diz também que alguns já tiveram o término do programa, e alguns estão em fase de inscrição. Diz que temos recursos para fortalecimento dos cadastros únicos, para capacitações que vieram ano passado e serão reprogramadas para este ano. Gisele diz que temos que usar o recurso este ano, pois caso contrário haverá a devolução dos recursos ao Estado. Não temos recursos recebidos para a Vigilância Socioassistencial. Benefícios eventuais, temos cadastrados: auxílio natalidade, funeral, vulnerabilidade temporária e calamidade pública. O Estado de vez em quando envia recursos para estes benefícios eventuais. Benefícios continuados são o BPC idoso e o BPC deficiente, que são



assumidos pelo governo federal. Temos no município o registro municipal de informações que nos diz qual o número de pessoas assistidas por estes benefícios, são atendidos 816 (oitocentos e dezesseis) idosos, e 854 (oitocentos e cinquenta e quatro) deficientes. Gisele fala da interface com as outras políticas públicas com a educação. A assistência coloca o que é feito de interface, na parte da saúde é realizada através de instrumental próprio, que era através do cartão de pesagem, o que fazia com que nosso IGD fosse alto, da responsabilidade dos atores ligados à saúde, das reuniões que acontecerão com as famílias, dos problemas que adviam dos cartões de pesagem, a acumulação de pessoas nos postinhos nos dias de pesagem, do esclarecimento que a saúde é um direito do cidadão e que pode ser buscado a qualquer momento. Diz que até os técnicos acreditavam que os cartões de pesagem eram um instrumento oficial do programa, quando na realidade não era. Diz que está sendo feito um trabalho enorme de conscientização dos trabalhadores da saúde, da assistência e dos usuários para mudar a percepção quanto a estes serviços. Gisele fala dos financiamentos, previsões dos recursos, diz que encaminhará o PMAS para os conselheiros de modo que entendam a estrutura do mesmo, diz que tem muitos detalhes e que o sistema é amarrado, mostra valores, recursos próprios das OSCs, e os recursos repassados pelos governos federal, estadual e municipal referentes aos serviços prestados. Os conselheiros fazem questionamentos a respeito de valores, e as dúvidas são esclarecidas pela presidente, questionados se estão satisfeitos com as explicações e não restando dúvidas, a presidente coloca em votação o PMAS 2023, e o mesmo é aprovado por unanimidade. c) **Portaria nº 187 de 23 de dezembro de 2022:** Data de abertura do plano de ação 2022 (dois mil e vinte e dois), anualmente o sistema é aberto para realização do plano. Nos dois últimos anos, isso não foi feito, e o governo foi pegando os mesmos planejamentos que já estavam no sistema. Não nos atentamos para isso, e vendo outro detalhe, me deparei com o sistema aberto, e existe prazo de 60 dias para preenchimento do plano e 30 para aprovação do conselho. Como o sistema ainda estava aberto para preenchimento, a presidente preencheu e aprovou como CMAS para não correr o risco de o sistema fechar e perdermos o prazo. Gisele apresenta para a plenária o planejamento inserido no sistema, números de usuários, previsões de financiamentos, os números pactuados quando do fechamento das parcerias e outros detalhes técnicos deste preenchimento. d) **Portaria nº 102 de 29/09/2022:** Demonstrativo sintético da execução físico-financeira do exercício 2021 está disponibilizado para preenchimento a partir de 26 (vinte e seis) de dezembro. Gisele diz que o município está preenchendo e depois será enviado para o conselho analisar e fazer a aprovação. Outro assunto que a presidente diz que tem que passar é que até 31 de janeiro temos que fazer a aprovação de contas do Estado, que o planejamento vem e a prestação de contas também, mas diz que a prestação de contas ainda não está pronta para ser apresentada, e diz que deveríamos já prever a realização de uma reunião extraordinária para tratar desta aprovação. Resta decidido que a reunião acontecerá no dia 30 (trinta) de janeiro com a anuência do Conselho. 3 - **OFÍCIOS/E-MAIL EMITIDOS:** Não houve. 4 - **OFÍCIOS/E-MAIL RECEBIDOS:** Não houve. 5 - **PARECER DAS COMISSÕES:** a) **Comissão de Política de Assistência Social;** (Helena, coordenadora, Daniele, Cristiane) Casa São Judas Tadeu, Irmão Tarcísio e Comunidade Católica Vida Nova. A Presidente Gisele diz que trará à votação as inscrições tratadas na reunião passada. É o pedido de inscrição da Casa São Judas Tadeu e do Irmão Tarcísio, a presidente coloca em votação e o conselho vota pela concessão de inscrição a ambas as OSCs. Gisele informa que já foi publicado o indeferimento de inscrição da Comunidade Católica Vida Nova. Outro pedido tratado é da AEHDA, a conselheira Helena diz que houve contratempos na reunião agendada com o senhor Jorge, mas que ontem em reunião com o Jorge e a assistente social da OSC, diz ela que havia dúvida quanto ao funcionamento, viram o plano no papel, bem escrito, ações bem direcionadas, mas que a forma de entrada dos adolescentes sempre nos trouxe dúvidas, mas na reunião concluíram que eles evoluíram muito nos procedimentos, que a entrada dos adolescentes já pode ocorrer a qualquer momento, as atividades estão bem direcionadas ao serviço. Gisele diz que deveremos fazer uma reunião com Paula para articular da melhor maneira possível o desenvolvimento do serviço. Alguns conselheiros fazem seus



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**  
**LEI MUNICIPAL Nº. 2.789 DE 26/06/1996**



comentários e observações a respeito do assunto, das características, da tipificação, e dos pedidos que foram feitos pelo Conselho à OSC, colocada em votação o pedido de inscrição é deferido. Gisele por último diz que vai deixar para fevereiro para falar e dar informações a respeito da Conferência Municipal. **b) Comissão de Normas da Assistência Social;** (Nayara, Ariadne, Antônio e Silmara). **c) Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social;** (Maura, Laisse, Silmara). **d) Comissão de Gestão Integrada de Serviços, Programas, Projetos, Benefícios e Transferência de Renda.** (Jéssica, Cristiane, Andréa, Simone). As comissões b), c), d) não se reuniram. Nada mais a tratar, a presidente agradece a presença dos conselheiros e dá por encerrada a reunião, que será lavrada por este Secretário de Conselhos.

GISELE CRISTINA JANUÁRIO SANTOS

PRESIDENTE DO CMAS

CARLOS EDUARDO BELCHIOR

SECRETÁRIO DE CONSELHOS